

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

**Demonstrações financeiras intermediárias
(Individuais e Consolidadas) em 31/03/2018**

Agosto de 2018

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (Individuais e consolidadas)

Aos Administradores e Acionistas da

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE

Introdução

Revisamos as Demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais ("CODEMGE" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de dois meses findo nessa mesma data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossa responsabilidade é a de expressar uma Conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão de auditoria.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma Opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas, incluídas nas informações trimestrais, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicável à elaboração de informações intermediárias.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2018



NEXIA TEIXEIRA Auditores
CRC MG 5.194



A member of
Nexia
International



Adriano Rezende Thomé
Sócio e Diretor
Contador
CRC MG-77.874-O/6

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Balço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora	Consolidado	Passivo	Notas	Controladora	Consolidado
		31/03/2018	31/03/2018			31/03/2018	31/03/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.100	138.997	Contas a pagar	15	17.409	99.074
Títulos e valores mobiliários	6	39.278	123.375	Tributos a recolher	16	2.853	3.062
Contas a receber	7	4.319	142.567	Salários e encargos sociais	17	14.216	14.633
Impostos e contribuições a recuperar	8	621	6.800	Adiantamentos e cauções recebidos	18	3.095	3.098
Partes relacionadas	14	-	1.063	Partes relacionadas	14	7.919	-
Outros ativos circulantes		1.348	4.515	Outras contas a pagar		161	147
Total do ativo circulante		65.666	417.317	Total do passivo circulante		45.653	120.014
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	-	40.103	Contas a pagar	15	1.672	1.672
Impostos e contribuições a recuperar	8	14.943	23.334	Adiantamentos e cauções recebidas	18	145	90.027
Depósitos judiciais	9	16.204	17.183	Provisão para contingências	19	1.872	21.050
Estoque de imóveis a comercializar	10	31.066	31.066	Partes relacionadas	14	89.882	-
Outros ativos financeiros	11.1	170.388	181.289	Total do passivo não circulante		93.571	112.749
Partes relacionadas	14	122.131	17.992	Total passivo		139.224	232.763
Total do ativo não circulante		354.732	310.967	Patrimônio líquido	20		
Total do ativo		1.781.051	2.029.711	Capital social		956.899	956.899
Investimentos	11.2	548.603	143.445	Reserva de capital		330.305	330.305
Imobilizado	12	793.716	1.139.635	Ajustes de avaliação patrimonial		10.768	10.768
Intangível	13	18.334	18.347	Reservas de lucro		343.855	343.855
		1.360.653	1.301.427	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.641.827	1.641.827
Total do ativo não circulante		1.715.385	1.612.394	Participação dos não controladores		-	155.121
				Total do patrimônio líquido		1.641.827	1.796.948
Total do ativo		1.781.051	2.029.711	Total do passivo e patrimônio líquido		1.781.051	2.029.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração do resultado

Período de dois meses findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u> <u>2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>2018</u>
Receita líquida	21	5.417	153.487
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados		(2.068)	(2.283)
Lucro bruto		3.349	151.204
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(27.529)	(28.719)
Gastos com convênios	23	(14.035)	(14.035)
Resultado com participações societárias	11.2	98.272	(5.212)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	3.211	4.757
		59.919	(43.209)
Lucro antes do resultado financeiro		63.268	107.995
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	1.703	7.477
Despesas financeiras	25	(6.493)	(13.120)
		(4.790)	(5.643)
Lucro antes do IRPJ/CSLL		58.478	102.352
IRPJ/CSLL corrente e diferido	26	-	(39)
Lucro do período		58.478	102.313
Atribuível à:			
Acionistas da Companhia			58.478
Participação dos não controladores			43.835
			102.313
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação			367,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração do resultado abrangente
Período de dois meses findos em 31 de março
Em milhares de reais

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do período		58.478	102.313
Perda líquida de valor justo	11.1	-	(900)
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		-	307
Reconhecimento inicial do BDMG	11.1	(7.368)	(7.368)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	11.2	(2.143)	(1.550)
Resultado abrangente total do período		<u>48.967</u>	<u>92.802</u>
Atribuível à:			
Acionistas da Companhia			48.967
Participação dos não controladores			<u>43.835</u>
			<u>92.802</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de dois meses findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Em 31 de janeiro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão dos ativos da CODEMIG	956.872	-	12.911	45.936	316.812	-	1.332.531	7	1.332.538
Saldo inicial após cisão	956.872	-	12.911	45.936	316.812	-	1.332.531	7	1.332.538
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	58.478	58.478	43.835	102.313
Outros resultados abrangentes									
Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros	-	-	-	-	(7.368)	-	(7.368)	-	(7.368)
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas	-	-	(2.143)	-	-	-	(2.143)	-	(2.143)
Total do resultado abrangente do período	-	-	(2.143)	-	(7.368)	58.478	48.967	43.835	92.802
Outras mutações no patrimônio líquido									
Aumento de capital	27	-	-	-	-	-	27	-	27
Ágio na emissão de ações	-	330.305	-	-	-	-	330.305	-	330.305
Efeitos na participação dos não controladores na aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	111.566	111.566
Liquidação de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(287)	(287)
Constituição de dividendos	-	-	-	-	(70.003)	-	(70.003)	-	(70.003)
Em 31 de março de 2018	956.899	330.305	10.768	45.936	239.441	58.478	1.641.827	155.121	1.796.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Demonstração dos fluxos de caixa Período de dois meses findos em 31 de março Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	58.478	102.313
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa:		
Depreciação e amortização	2.075	2.298
Reversão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	(12)	(1.554)
Provisão / (reversão) de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	(2)	655
Reversão de provisão para litígios	(3)	(120)
Receitas financeiras	(1.662)	(1.854)
Despesas financeiras	6.467	10.159
Perdas na baixa de imobilizado e outros ativos	88	88
Resultado de equivalência patrimonial	(98.272)	5.212
Resultado de instrumentos financeiros capitalizados	670	-
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(1.316)	(7.175)
Ajustes de capital de giro		
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	(39.165)	24.433
(Aumento) / redução no contas a receber	166	(57.911)
Aumento dos impostos e contribuições a recuperar	(1)	(2.266)
Aumento de estoque de imóveis	(403)	(404)
Aumento de depósitos judiciais	(4)	(42)
(Aumento) / redução de partes relacionadas	99.065	(1.063)
Redução de outros ativos	73	(104)
Aumento / (redução) no contas a pagar	(1.629)	47.344
Aumento / (redução) dos tributos a recolher	1.862	(73)
Redução de provisão para litígios	(1.548)	(1.548)
Aumento de salários e encargos sociais	3.099	1.414
Aumento de adiantamentos de clientes	585	585
Aumento / (redução) de outras contas a pagar	44	(48)
Juros pagos	-	(3.287)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	28.655	117.052
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento de ativos de cisão, líquido do caixa cindido	-	957
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	-	345.153
Aporte em aplicações financeiras	-	(4.250)
Resgate de aplicações financeiras	-	11.829
Aquisição de imobilizado	(2.533)	(2.533)
Aquisição de investimento em coligadas	-	(1.365)
Aporte de capital em controladas e coligadas	(6.020)	(6)
Aporte em fundos de investimento	-	(420)
Fluxo de caixa líquido originado das / (aplicado nas) atividades de investimento	(8.553)	349.365
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias	70.001	70.001
Amortização do principal das debêntures	-	(327.418)
Dividendos distribuídos	(70.003)	(70.003)
Fluxo de caixa líquido originado das / (aplicados nas) atividades de financiamento	(2)	(327.420)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	20.100	138.997
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	20.100	138.997
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	20.100	138.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”) resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig, da Codemig Participações – CODEPAR (“Codepar”) e da Codemig Águas Minerais – CODEÁGUAS (“Codeáguas”) e este conglomerado de participações correspondem ao Grupo Econômico da Codemge (“Grupo”), a qual está apresentado nessas demonstrações contábeis.

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, transformando o PL 4.827/2017 na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determina, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

O projeto de abertura de capital da Codemig objetiva diversificar o seu capital, com a finalidade de promover maior dinamismo e autonomia à condução dos negócios sociais. Ao mesmo tempo, pretende continuar viabilizando o interesse coletivo, por meio de políticas públicas, em prestígio aos princípios da impessoalidade, da eficiência, da economicidade e da supremacia do bem comum.

A partir desse interesse, objetivando um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “Initial Public Offer”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, rerratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

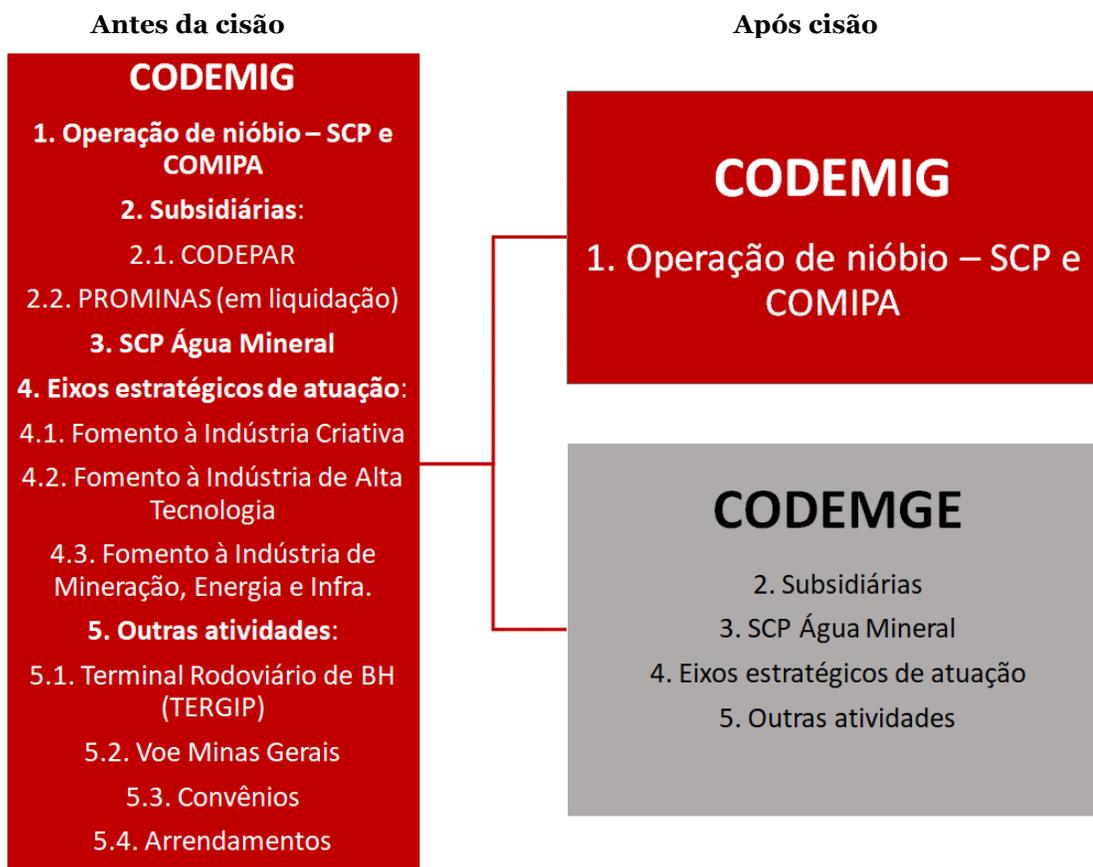
- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Companhia.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, resumo dos negócios que serão geridos por cada uma das empresas resultantes da cisão:



A partir da cisão, a Codemig terá como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (Nota 1.(b)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir no mínimo 70% dos lucros através de dividendos intermediários ou intercalares mensais, por deliberação do Conselho de Administração.

A cisão parcial da Codemig foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017. A referida operação implicou redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para a Codemge. A data da efetivação da cisão, como aprovado pelos acionistas, foi 31 de janeiro de 2018, tendo sido estabelecido na Justificação da Cisão Parcial, que devem ser imputados à Nova Companhia (Codemge) as variações patrimoniais que tenham ocorrido na parcela do patrimônio cindido, entre a data-base (31/12/2017) e a data da efetivação da cisão (31/01/2018).

O acervo líquido cindido à Codemge na data da efetivação da cisão está composto como abaixo:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/01/2018	Passivo	31/01/2018
Circulante		Circulante	
Títulos e valores mobiliários	130.767	Contas a pagar	16.530
Contas a receber	4.483	Tributos a recolher	991
Dividendos antecipados e a receber	394	Salários e encargos sociais	11.117
Impostos e contribuições a recuperar	620	Outras contas a pagar	5.609
Outros ativos circulantes	1.027		
		Total do passivo circulante	34.247
Total do ativo circulante	137.291		
Não circulante		Não circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	14.941	Contas a pagar	4.180
Depósitos judiciais	16.200	Provisão para contingências	3.423
Estoque de imóveis a comercializar	30.707	Partes relacionadas	98.109
Outros ativos financeiros	177.756		
Partes relacionadas	97.180	Total do passivo não circulante	105.712
Investimentos	186.793	Patrimônio líquido	
Imobilizado	793.204	Capital social	956.872
Intangível	18.418	Ajustes de avaliação patrimonial	12.911
		Reservas de lucro	362.748
Total do ativo não circulante	1.335.199	Total do patrimônio líquido	1.332.531
Total do ativo	1.472.490	Total do passivo e patrimônio líquido	1.472.490

Atualmente o processo de abertura de capital da Codemig encontra-se paralisado sob análise do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

(a) Objeto social

A Codemge tem por objeto social os mesmos objetos da Codemig antes da cisão, quais sejam: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

(b) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Codemge apresenta como principal fonte de recursos os dividendos advindos da Codemig, cuja operação está sintetizada no recebimento de sua participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”), que visa explorar os direitos minerários detidos por essas empresas no município de Araxá – MG para exploração de Nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. O sócio ostensivo é quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Codemig, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Codemge, através da Codemig, e conseqüentemente do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida das Demonstrações financeiras consolidadas. Os recursos obtidos pela Codemge através de dividendos da Codemig e são aplicados conforme as diretrizes do estatuto da Companhia, visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela administração da Companhia em 24 de agosto de 2018.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e são elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, identificadas como “Controladora” e “Consolidado” e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme apresentado na Nota 1, considerando a criação da Codemge em 31 de janeiro de 2018, essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas considerando seu período de existência dois meses findos em 31 de março de 2018.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas Notas 2.6.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

2.1 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2018. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Grupo incluem:

<u>Investidas</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>% participação</u>
<u>Controladas</u>		<u>31/03/2018</u>
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	70
CODEPAR - Codemig Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	100
CODEÁGUAS Águas Minerais	Extração e comércio de água mineral	99
PROMINAS - Cia. Mineira de Promoções (em liquidação)	Locação de instalações	99

2.2 Investimento

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição/participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Nos períodos apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas	Principal atividade	% participação
		31/03/2018
Controladas		
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	70
CODEPAR - Codemig Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	100
CODEÁGUAS Águas Minerais	Extração e comércio de água mineral	99
PROMINAS - Cia. Mineira de Promoções (em liquidação)	Locação de instalações	99
Coligadas		
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51
IAS - Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15
Helibrás – Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	16
Vodafone Brasil – Datora Mobile	Telecomunicações móvel	43
Biotech Town – Biotech.Town Participações	Invest. em participações e novas tecnologias	50

2.3 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(i) Instrumentos financeiros (IFRS 9 / CPC 48)

Após a vigência do IFRS 9 / CPC 48, passam a existir três principais categorias de classificação para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Com a vigência da referida Norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

(iii) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(iv) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, VJORA ou VJR.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(v) **Redução ao valor recuperável**

O IFRS 9 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros, com base em 12 meses ou por toda vida. A Companhia realiza análise ao valor recuperável, no mínimo anualmente, e, caso necessário, uma provisão por *impairment* é constituída.

(c) **Estoque de imóveis a comercializar**

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

(d) **Depósito judicial**

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital do Grupo. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

(i) *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica à cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(ii) *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica à cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e Benfeitorias	26 a 80 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entro o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo também é testado anualmente.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(j) Benefícios pós-aposentadoria

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela LIBERTAS – Fundação Libertas de Seguridade Social, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 01 de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 01 de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pelo Grupo (patrocinador).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do IFRS 15/CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado, o que ocorre usualmente em bases mensais, pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM (sócia ostensiva da SCP).

(I) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes, do último exercício e de anos anteriores, são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente de patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo em suas principais empresas, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal substancialmente não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

2.5 Pronunciamento emitido mas que não estava em vigor em 31 de março de 2018

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o período de dois meses findos em 31 de março de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(i) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações. Como a Companhia não possui contratos de arrendamento como arrendatária, e não ocorreram alterações significantes nas práticas contábeis dos arrendadores, a administração não espera nenhum impacto com a adoção dessa nova norma.

2.6 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e engenheiros do Grupo, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na Nota 2.4 (h). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de março de 2018, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$16.250. Vide Nota 13.

(c) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(d) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a Nota 2.2 (a). A metodologia utilizada para os testes de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração de cada investida.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos do Grupo, foram consideradas premissas específicas relativas aos fluxos operacionais e de investimento de cada uma das empresas, que variam de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados, taxas de utilização da capacidade instalada, necessidade de investimentos, oportunidade de otimização, entre outros fatores. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas e iniciativas contidas nos planos de negócios de cada investida.

A expectativa de evolução da receita das investidas é assim apresentada:

Empresas	Variação anual da receita líquida				
	2018	2019	2020	2021	2022
IAS	122,6%	24,8%	25,1%	25,1%	25,0%
Helibrás	12,3%	21,1%	22,4%	9,3%	0,0%
Vodafone	23,8%	25,1%	63,4%	69,3%	4,1%

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação e no aumento das vendas para os próximos anos.

Empresas	Variação anual dos custos e das despesas				
	2018	2019	2020	2021	2022
IAS	108,9%	8,7%	22,7%	22,4%	22,6%
Helibrás	9,9%	20,2%	21,4%	9,3%	1,3%
Vodafone	-10,4%	-9,1%	43,1%	47,8%	4,1%

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A taxa de desconto utilizada foi calculada, entre outros fatores, com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual de cada uma das investidas, bem como a carga tributária aplicável no capital de terceiros.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 5 anos uma vez que este é o período utilizado pelo Grupo para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,0% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa das investidas. Vide Nota 11.2.

2.7 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

O Grupo apresentou no período de dois meses findos em 31 de março de 2018 prejuízos fiscais no valor de R\$144.674. Esses prejuízos referem-se ao acumulado dos resultados fiscais de todas as entidades do Grupo, as quais não possuem expectativa de lucros tributáveis em um futuro próximo. Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% dos lucros projetados, conforme benefício fiscal vigente, capazes de utilizar os prejuízos fiscais constituídos nesse exercício. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos. Em 31 de março de 2018 o prejuízo fiscal acumulado controlado pela Companhia é de R\$40.685. Para conciliação da taxa efetiva dos tributos sobre o lucro, vide Nota 26.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e mercado (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros).

(a) Risco de liquidez

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2018				
Contas a pagar	17.409	1.672	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	7.919	-	54.849	35.033
Adiantamentos e cauções recebidos	3.095	68	77	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2018				
Contas a pagar	99.074	1.672	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	-
Adiantamentos e cauções recebidos	3.098	68	43.249	46.710

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas significativas registradas em contas a receber desde a constituição da SCP. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados tempestivamente.

Com relação ao caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações possuem possibilidade de resgate imediato e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

(c) Risco cambial

O Grupo possui risco de exposição cambial referente às operações de adiantamentos de receitas mencionadas na Nota 18, realizados em Iene. Tais riscos a exposição cambial são acompanhados pela administração do Grupo, que avaliava periodicamente os riscos existentes nos passivos atrelados a outras moedas.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2018</u>
Ativos		
Subsequentemente mensurados ao:		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	20.100	138.997
Títulos e valores mobiliários	39.278	163.478
Contas a receber	4.319	142.567
Dividendos a receber	394	1.914
Contas a receber com partes relacionadas	122.131	19.055
	<u>186.222</u>	<u>466.011</u>
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
BDMG	170.388	170.388
FIP Aerotec	-	10.901
	<u>170.388</u>	<u>181.289</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u>356.610</u>	<u>647.300</u>
Passivos		
Subsequentemente mensurados ao:		
Custo amortizado		
Contas a pagar	19.081	100.746
Contas a pagar com partes relacionadas	97.801	-
Adiantamento e cauções recebidas	3.240	93.125
Total de instrumentos financeiros passivos	<u>120.122</u>	<u>193.871</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2018</u>
Caixa e bancos conta movimento	20.100	79.366
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	59.631
	<u>20.100</u>	<u>138.997</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou operações compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média 97,00% e 104,91% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, no período de dois meses findos em 31 de março de 2018.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2018</u>
Fundos de investimento (i)	39.278	118.404
Debêntures (ii)	-	24.290
Letras financeiras (iii)	-	20.784
	<u>39.278</u>	<u>163.478</u>
Circulante	39.278	123.375
Não circulante	-	40.103
	<u>39.278</u>	<u>163.478</u>

- (i) Os fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e possuem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro. Considerando a alta liquidez destes fundos, o Grupo se utiliza de seus recursos para a movimentação do seu capital de giro operacional.
- (ii) A Codepar, subsidiária integral da Codemge, aplicou R\$24.250 em debêntures emitidas pelas suas investidas como parte de sua estratégia de *founding*. Foram adquiridas debêntures da Vodafone Brasil no montante de R\$20.000 remunerados em 140% do CDI a qual será amortizada mensalmente, em 48 parcelas, a partir de 25 de outubro de 2018. Em complemento, foram adquiridas debêntures do BioTech Town no montante de R\$ 4.250 remunerados à 100% do CDI com vencimento em 20 anos.
- (iii) A Codemig, subsidiária parcial da Codemge, aplicou R\$20.000 em letras financeiras subordinadas de longo prazo do Banco Mercantil do Brasil com o vencimento em 16 de outubro de 2024 e recebimento semestral dos juros previstos para os meses de abril e outubro de cada exercício. Em 31 de março de 2018 a Codemig possuía juros acumulados em R\$784 que serão recebidos em 16 de abril de 2018, e por isso, estão apresentados no ativo circulante. Esse instrumento tem como remuneração 125% do CDI.

7 Contas a receber

As contas a receber do Grupo correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando que o recebimento contratualmente mensal dos resultados da SCP, seu saldo pode apresentar oscilações sem correlação à variação das receitas acumuladas do período, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes: de arrendamentos, da venda de vouchers aéreos do projeto Voe Minas Gerais, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro, da venda de imóveis no curso normal das atividades e da comercialização de água mineral. Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2018</u>
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	-	136.610
<u>Outros contas a receber:</u>		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	11.484	15.103
Contas a receber por venda de imóveis	379	379
Demais contas	-	657
	11.863	152.749
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.544)	(10.182)
	4.319	142.567

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2018</u>
A Vencer	1.477	138.224
Vencidos:		
Em até 30 dias	605	655
Entre 30 e 60 dias	218	229
Entre 60 e 90 dias	161	161
Entre 90 e 180 dias	1.202	1.203
Há mais de 180 dias	8.200	12.277
	11.863	152.749

Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência. Levando em consideração as informações históricas sobre índices de inadimplência da Companhia e suas controladas para os demais valores de contas a receber, o crédito decorrente desses saldos a vencer também é de alta liquidez com baixo risco de perda. O prazo médio de recebimento desses valores é inferior a 30 dias.

A Companhia e suas controladas constituem provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”), quando a administração entende ter indicação de perda na realização de tais créditos. A administração analisou individualmente a situação dos seus recebíveis e constitui provisão para perdas prováveis com base em seu julgamento. A movimentação da provisão para perdas de contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2018</u>
Saldo inicial	-	-
Saldo advindo da cisão	(7.546)	(9.527)
Constituição no período	-	(657)
Reversão por recebimento do título	2	2
Saldo final	(7.544)	(10.182)

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
Imposto de renda	14.830	26.156
Contribuição social	727	1.553
Tributos diferidos	-	2.386
Outros impostos e contribuições a recuperar	7	39
	<u>15.564</u>	<u>30.134</u>
Circulante	621	6.800
Não circulante	14.943	23.334
	<u>15.564</u>	<u>30.134</u>

O saldo deste grupo corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2018 e do saldo advindo da cisão de antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Pelo fato da Companhia apresentar prejuízo fiscal recorrente, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação (PIS, COFINS e IRRF sobre a folha de pagamentos).

9 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa bem como de outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados na medida em que os processos judiciais transitam em julgado.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	15.736	15.736
Demais depósitos	468	1.447
	<u>16.204</u>	<u>17.183</u>

10 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e</u>
	<u>consolidado</u>
	<u>31/03/2018</u>
Distritos industriais	10.857
Ribeirão das Neves	27.185
Sete Lagoas	1.632
Governador Valadares	1.095
	<u>40.769</u>
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.703)
	<u>31.066</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo. Não houve movimentação relevante da provisão em relação ao saldo de cisão.

11 Participações societárias e outros ativos financeiros

Este grupo de contas é composto por i) participações societárias de controladas e coligadas, sobre as quais a Codemge exerce influência significativa e controle, respectivamente; e ii) outros ativos financeiros, composto por outras empresas em que não existe influência significativa - instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

	Nota	Controladora 31/03/2018	Consolidado 31/03/2018
Outros ativos financeiros	11.1	170.388	181.289
Participações societárias	11.2	548.603	143.445
		718.991	324.734

11.1 Outros ativos financeiros

	Controladora 31/03/2018	Consolidado 31/03/2018
Participação acionária direta		
BDMG		
Saldo advindo da cisão	177.756	177.756
Reconhecimento inicial ao valor justo	(7.368)	(7.368)
	170.388	170.388
Participação em fundos de investimento		
FIP AEROTEC		
Saldo advindo da cisão	-	11.381
Aquisição de cotas	-	420
Desvalorização de cotas	-	(900)
	-	10.901
Total	170.388	181.289

BDMG

Em 2012 a Codemig adquiriu ações ordinárias de emissão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, banco público controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais e, portanto, parte relacionada da Companhia. O aporte de capital no BDMG teve como objetivo (i) induzir de forma indireta o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, pela alavancagem da capacidade do banco de conceder financiamento para empreendimentos de pequeno, médio e grande porte no Estado de Minas Gerais; e (ii) gerar retorno sobre o capital da Companhia.

A Codemig não obteve controle ou influência significativa através desta operação e, portanto, não vinha tratando este investimento como investimento em coligada, e sim, como investimento disponível para venda. No momento inicial da cisão, tal investimento foi avaliado ao custo, pelo fato das ações do BDMG não serem cotadas em

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mercado ativo e o seu valor justo não poder ser confiavelmente mensurado, conforme era permitido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

No entanto, a partir de 2018, tal ativo passou a ser mensurado pelo seu valor justo conforme aplicação da nova norma de instrumentos financeiros, CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Dentre as abordagens de avaliação apresentadas no CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, concluiu-se que a mais aplicável ao caso, tendo em vista sua complexidade de mensuração de valor justo pela inexistência de mercado para tais ações, seria a de abordagem de custo, de maneira que seu valor justo foi mensurado considerando a técnica de custo de reposição do ativo.

Dessa forma, para a determinação do valor justo, utilizou-se o preço de emissão de ações utilizado pelo BDMG em seu último evento de aumento de capital como base para a avaliação do custo de reposição do ativo, que na sua última ata de aumento de capital, em 26 de abril de 2017 era de R\$0,03 por ação. Sendo a Codemge proprietária de 5.679.588.882 ações em 31 de janeiro de 2018, o valor justo mensurado do ativo seria de R\$170.388. A diferença de R\$7.368 foi lançada diretamente ao Patrimônio Líquido da Codemge após a cisão.

Em 14 de março de 2018 houve novo aumento de capital no BDMG, onde o preço de emissão permaneceu em R\$0,03. Sendo assim, em 31 de março de 2018, não houve alteração no valor do justo do ativo, mantido à R\$170.387.

Vale ressaltar que, a lei das S.A. determina que o preço de emissão da ação poderá ser avaliado considerando: (i) a perspectiva de rentabilidade da companhia, (ii) o valor do patrimônio líquido da ação, e (iii) a cotação de suas ações em Bolsa de Valores ou no mercado de balcão organizado, admitido ágio ou deságio em função das condições de mercado. Em fevereiro de 2018, antes do último aumento de capital, o patrimônio líquido avaliado em R\$1.629.566 que se encontrava dividido em 64.242.827.562 ações ordinárias. Sendo assim o valor de patrimônio da ação estaria avaliado à R\$0,0253. Devido a impossibilidade de fixação do valor da ação por fração de centavo, o valor da ação é automaticamente arredondado para R\$0,03. Considerando que o custo de reposição é determinado pelo valor de transação, não é adequado considerarmos o valor de patrimônio da ação, pois ele seria insuficiente para a reposição do ativo. Assim reiteramos que o valor de reposição das ações do BDMG possui valor justo, pela abordagem de custo e técnica de custo de reposição, de R\$170.388.

Contudo, destacamos que, na ocorrência de um evento de grupamento de ações do BDMG possivelmente as casas decimais não terão tanta representatividade no preço da ação a ponto de que os eventuais arredondamentos não causem diferenças relevantes, logo a avaliação da ação será melhor representada por seu valor patrimonial. Essa informação é relevante pois o arredondamento atual representa um incremento de 18% no valor da ação. Se fosse considerado o valor fracionado da ação, a participação da Codemge no BDMG estaria avaliada em R\$144.067. Ainda em tempo, em eventual redução do valor do patrimônio líquido, é possível que o valor patrimonial da ação seja arredondado para baixo, para R\$0,02. Nesse caso, o valor do ativo atingiria o montante de R\$113.592, e a variação do valor justo seria registrada em outros resultados abrangentes pela Codemge.

FIP AEROTEC

O AEROTEC - Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2 nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo serão responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S.A., vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos da Codemig.

O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do Administrador/Gestor, por até cinco períodos adicionais de um ano.

A Codepar já realizou dez integralizações de quotas no AEROTEC, totalizando um investimento de aproximadamente R\$29.750, valor equivalente a 21,25% do capital subscrito do fundo.

A composição dos saldos do fundos está apresentada da seguinte maneira:

Fundo	Administrador	31/03/2018
FIP AEROTEC	Confrapar Participações	10.901

O FIP AEROTEC possui a seguinte disposição de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIP AEROTEC	140.000	17.920	122.080

Em 31 de março de 2018 o FIP AEROTEC havia investido nas seguintes participações:

Participações	Capital integralizado
Altave	1.500
Flapper	1.500
Oxis Energy	9.050

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Investimentos em participações societárias

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento econômico diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Além dessas participações societárias, o Grupo possui participação de 55% no lucro e 50% no patrimônio afetado de uma SCP que objetiva assumir as atividades da Codeáguas no envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambú e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não foram descritas no quadro acima.

Natureza e extensão das participações materiais em controladas e coligadas do Grupo:

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / quotas		% participação no capital social		Natureza do investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora						
CODEMIG	(a) Belo Horizonte	227.199	-	70,00%	70,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
CODEPAR	(a) Belo Horizonte	206.196.000	-	100,00%	100,00%	Veículo de investimentos, subsidiária integral da CODEMIG.
CODEÁGUAS	(a) Belo Horizonte	5.795.900	-	99,99%	99,99%	Empresa limitada do ramo de bebidas e extração de água mineral.
PROMINAS	(a) Belo Horizonte	1.842.914.371	-	99,78%	99,78%	Criação e controle para apoio no setor de turismo e eventos com a locação de instalações.
Consolidado						
COMIPA	(b) Araxá	187.272.000	20.783.520	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de Nióbio.
IAS	(b) São José da Lapa	1.764.706	-	15,00%	15,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor Aeroespacial.
Helibrás	(b) Itajubá	70.190.051	13.292.583	15,51%	25,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor Aeroespacial.
Vodafone Brasil	(b) Nova Lima	412.236	-	42,80%	42,80%	Aquisição primária de ações para apoio do setor de telecomunicações sem fio.
Biotech Town	(b) Nova Lima	1.364.834	-	49,50%	49,50%	Aquisição primária de ações para desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos saldos dos investimentos:

<u>Investimentos</u>	<u>Controladora</u>			<u>Total</u>
	<u>Valor patrimonial do investimento</u>	<u>Valor da mais valia</u>	<u>Ágio (goodwill)</u>	
				<u>31/03/2018</u>
CODEMIG	361.940	-	-	361.940
CODEPAR	179.678	-	-	179.678
CODEÁGUAS	1.715	-	-	1.715
PROMINAS	2.495	-	-	2.495
SCP Água Mineral (iii)	1.500	-	-	1.500
Outros investimentos	1.275	-	-	1.275
	548.603	-	-	548.603
				<u>Consolidado</u>
				<u>31/03/2018</u>
<u>Investimentos</u>	<u>Valor patrimonial do investimento</u>	<u>Valor da mais valia</u>	<u>Ágio (goodwill)</u>	<u>Total</u>
SCP Água Mineral	1.500	-	-	1.500
COMIPA (ii)	494	-	-	494
IAS (i) (iii)	5.752	14.460	-	20.212
Helibrás (i)	30.779	47.366	-	78.145
Vodafone Brasil (i) (iii)	5.198	14.101	21.155	40.454
Biotech Town (i) (iv)	1.365	-	-	1.365
Outros investimentos	1.275	-	-	1.275
	46.363	75.927	21.155	143.445

- (i) Empresas coligadas à Codepar.
(ii) Empresa coligada à Codemig.
(iii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da SCP Água Mineral, da IAS e da Vodafone Brasil, as informações financeiras de 28 de fevereiro de 2018.
(iv) Embora a influência significativa no Biotech Town tenha sido adquirida em março de 2018, a alocação do preço de compra de seu investimento utilizou os dados contábeis de 28 de fevereiro de 2018. Nas próximas divulgações o Grupo continuará a reconhecer as informações financeiras desse investimento com 30 dias de defasagem como permitido pelo CPC18 / IAS 28.

Alocação do preço de compra dos investimentos:

O Grupo, no momento da compra dos investimentos, realizou a alocação do preço de compra entre valor correspondente à participação no patrimônio líquido, no valor justo de ativos e passivos, líquidos, e ágio advindo de expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa, conforme já mencionado na Nota 2.2 (a). Considerando a existência de ágio (*goodwill*), a Codepar realizou testes de impairment no exercício anterior conforme apresentado na Nota 2.6 (d).

- (a) A alocação do preço de compra da IAS teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes com os órgãos de defesa do Governo Federal, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado. Após análise por especialistas, a Codepar realizou um impairment do ágio e de parte da mais valia em 2017 no montante acumulado de R\$4.429.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) A alocação do preço de compra da Helibrás teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes e valor justo de mercado de seu imobilizado, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado. Após análise por especialistas, a Codepar realizou um impairment do ágio e de parte da mais valia em 2017 no montante acumulado de R\$23.408.
- (c) A alocação do preço de compra da Vodafone teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados no valor justo de mercado de seus estoques e no valor justo do know-how advindo da Vodafone, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado.

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a Nota 2.2 (a). A metodologia utilizada para os cálculos de impairment foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração de cada uma das investidas.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Codepar, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas, que variam de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação e no aumento das vendas para os próximos anos. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da investida e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa média calculada foi de 13,7% para as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 5 anos uma vez que este é o período utilizado pela Codepar para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,0% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação dos investimentos em participações societárias durante o período de dois meses findos em 31 de março de 2018:

							Controladora
Investidas	Saldo em 31/12/17	Saldos originários da Cisão	Aquisição de participação no período	Resultado de equivalência patrimonial	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Saldo em 31/03/18
CODEMIG	-	-	260.331	102.279	(670)	-	361.940
CODEPAR	-	179.721	5.700	(3.600)	-	(2.143)	179.678
CODEÁGUAS	-	1.697	314	(296)	-	-	1.715
PROMINAS	-	2.599	-	(104)	-	-	2.495
SCP Água Mineral	-	1.500	-	-	-	-	1.500
Outros investimentos	-	1.276	6	(7)	-	-	1.275
	-	186.793	266.351	98.272	(670)	(2.143)	548.603

									Consolidado
Investidas	Saldo em 31/12/17	Saldos originários da Cisão	Aquisição de participação no período	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste pós aquisição no valor justo	Reversão de impairment do ágio	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/03/18
SCP Água Mineral	-	1.500	-	-	-	-	-	-	1.500
COMIPA	-	-	318	176	-	-	-	-	494
IAS	-	20.707	-	(96)	-	-	-	(399)	20.212
Helibrás	-	82.764	-	(3.031)	(1.580)	1.542	(1.550)	-	78.145
Vodafone Brasil	-	41.128	-	(488)	(186)	-	-	-	40.454
Biotech Town	-	-	1.365	-	-	-	-	-	1.365
Outros investimentos	-	1.276	6	(7)	-	-	-	-	1.275
	-	147.375	1.689	(3.446)	(1.766)	1.542	(1.550)	(399)	143.445

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras da carteira de investimentos em coligadas e controladas em 31 de março de 2018:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Controladas					
CODEMIG	339.171	446.796	160.077	108.841	517.049
CODEPAR	5.576	174.161	59	-	179.678
CODEÁGUAS	2.529	88	902	-	1.715
PROMINAS	3.363	14	654	220	2.503
Coligadas					
SCP Água Mineral	3.000	-	-	-	3.000
COMIPA	11.660	114	10.743	64	967
IAS	53.133	24.225	32.802	6.211	38.345
Helibrás	594.110	274.220	344.335	325.537	198.458
Vodafone Brasil	17.039	44.638	16.601	33.484	11.592
Biotech Town	2.758	-	33	4	2.721

(b) Informações de resultado do período sob análise

	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucros e prejuízos do período</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Resultado abrangente total</u>
Controladas				
CODEMIG	216.797	146.105	-	146.105
CODEPAR	-	(3.031)	-	(3.031)
CODEÁGUAS	215	(491)	(2.143)	(2.634)
PROMINAS	-	(125)	-	(125)
Coligadas				
SCP Água Mineral	-	-	-	-
COMIPA	24.477	441	-	441
IAS	1.078	(2.055)	-	(2.055)
Helibrás	95.460	(14.146)	(7.769)	(21.916)
Vodafone Brasil	5.693	(994)	-	(994)
Biotech Town	-	(34)	-	(34)

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

O imobilizado do Grupo se compõe como segue:

				Controladora
				31/03/2018
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido
Terrenos	227.210	-	-	227.210
Prédios e benfeitorias	476.215	(121.597)	(2.224)	352.394
Equipamentos operacionais	78.726	(37.335)	(1.323)	40.068
Imobilizado em andamento	173.707	-	-	173.707
Outros imobilizados	337	-	-	337
	956.195	(158.932)	(3.547)	793.716
				Consolidado
				31/03/2018
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido
Terrenos	466.421	-	(2.224)	464.197
Prédios e benfeitorias	584.458	(123.728)	(1.323)	459.407
Equipamentos operacionais	79.335	(37.335)	-	42.000
Imobilizado em andamento	173.707	-	-	173.707
Outros imobilizados	338	(14)	-	324
	1.304.259	(161.077)	(3.547)	1.139.635

Movimentação do imobilizado:

						Controladora
	31/12/2017	Cisão	Aquisição de controlada	Adições	Baixas	31/03/2018
Custo						
Terrenos	-	227.235	-	-	(25)	227.210
Prédios e benfeitorias	-	476.283	-	-	(68)	476.215
Equipamentos operacionais	-	78.720	-	6	-	78.726
Imobilizado em andamento	-	171.427	-	2.280	-	173.707
Outros imobilizados	-	90	-	247	-	337
	-	953.755	-	2.533	(93)	956.195
Depreciação						
Prédios e benfeitorias	-	(120.625)	-	(1.021)	49	(121.597)
Equipamentos operacionais	-	(36.365)	-	(970)	-	(37.335)
	-	(156.990)	-	(1.991)	49	(158.932)
Impairment	-	(3.559)	-	-	12	(3.547)
Imobilizado líquido	-	793.206	-	542	(32)	793.716

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
	31/12/2017	Cisão	Aquisição de controlada	Adições	Baixas	31/03/2018
Custo						
Terrenos	-	227.235	239.211	-	(25)	466.421
Prédios e benfeitorias	-	476.283	108.243	-	(68)	584.458
Equipamentos operacionais	-	79.329	-	6	-	79.335
Imobilizado em andamento	-	171.427	-	2.280	-	173.707
Outros imobilizados	-	91	-	247	-	338
	-	954.365	347.454	2.533	(93)	1.304.259
Depreciação						
Prédios e benfeitorias	-	(120.625)	(1.911)	(1.241)	49	(123.728)
Equipamentos operacionais	-	(36.365)	-	(970)	-	(37.335)
Ouros imobilizados	-	(11)	-	(3)	-	(14)
	-	(157.001)	(1.911)	(2.214)	49	(161.077)
<i>Impairment</i>	-	(3.559)	-	-	12	(3.547)
Imobilizado líquido	-	793.805	345.543	319	(32)	1.139.635

13 Intangível

O intangível do Grupo se compõe como segue:

				Controladora
				31/03/2018
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento	16.250	-	-	16.250
Direitos contratuais	1.644	(395)	-	1.249
Marcas e patentes	215	-	-	215
Softwares	1.857	(1.292)	-	565
Direitos de lavra e jazidas	12.087	(3)	(12.029)	55
	32.053	(1.690)	(12.029)	18.334
				Consolidado
				31/03/2018
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento	16.250	-	-	16.250
Direitos contratuais	1.644	(395)	-	1.249
Marcas e patentes	215	-	-	215
Softwares	1.857	(1.292)	-	565
Direitos de lavra e jazidas	12.100	(3)	(12.029)	68
	32.066	(1.690)	(12.029)	18.347

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Partes relacionadas

(a) Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	<u>ATIVO</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
Grupo econômico				
ESTADO DE MINAS GERAIS				
<i>Circulante</i>				
Contas a receber	1.063	-	-	-
Gastos com convênios (Nota 23) (i)	-	-	-	(7.612)
BDMG				
<i>Circulante</i>				
Juros sobre capital próprio	394	-	-	-
MGI				
<i>Não circulante</i>				
Contas a receber (ii)	17.992	-	-	-
Controladas				
CODEÁGUAS				
<i>Não circulante</i>				
Despesas compartilhadas	462	-	21	-
CODEMIG				
<i>Circulante</i>				
Contas a pagar (ii)	-	7.919	-	-
<i>Não circulante</i>				
Contas a receber (iii) (iv)	103.513	-	679	-
Contas a pagar (iii)	-	89.882	-	-
PROMINAS				
<i>Circulante</i>				
Contas a receber / receita	164	-	-	-
<i>Não circulante</i>				
Despesas compartilhadas	-	50	-	-

(i) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Devido a cisão parcial mencionada na Nota 1(c), houve transferência integral das obrigações legais e contratuais dos contratos de convênios para a Codemge.

(ii) Refere-se a contas a receber da Minas Gerais Participações S.A. – MGI pela venda de parcela da participação da Codemig no BDMG em 16 de junho de 2016.

(iii) Os passivos mantidos com a Codemig, decorrem da cisão mencionada na Nota 1(c) e representam transações assumidas pela Codemig por conta e ordem da Codemge durante o período de transição das atividades no momento pós-cisão, saldos de contas a receber que a Codemig tem com a CBMM residuais de 31 janeiro de 2018 e transações de Pré-Pagamento de Exportação firmados pela CBMM que adiantaram receitas futuras da SCP e que, conforme atos societários da cisão, deverão ser pagos pela Codemig mas imediatamente ressarcidos pela Codemge.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, incluindo folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são repassados e ressarcidos pela Codemig mensalmente.

(b) Remuneração da administração

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia durante o período de dois meses findos em 31 de março de 2018 totalizaram R\$641.

(c) Caixa movimentado entre partes relacionadas

	Período de 2 meses findos em
	31/03/2018
(i) Recebimento de T&VM advindos da cisão	89.478
(ii) Recebimentos de ACCs e ACEs com a CBMM na data da cisão	9.587
Total	99.065

- (i) Tendo em vista a inexistência jurídica da Codemge em 31 de janeiro de 2018, até a criação de seu CNPJ e posteriormente contas bancárias, a Codemig reteve os títulos e valores mobiliários cedidos, e em seguida o repassou à Codemge. O valor total dos Títulos e Valores Mobiliários retidos na cisão foi de R\$130.767;
- (ii) Recebimento de saldos a receber da CBMM em 31 de janeiro de 2018 cujo direito foi cindido à Codemge.

15 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e também os impostos gerados na operação da SCP.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora	Controladora
	31/03/2018	31/03/2018
IRPJ / CSLL– SCP (i)	-	79.654
Valores a pagar SCP (ii)	-	1.197
Fornecedores nacionais	19.081	19.895
	19.081	100.746
Circulante	17.409	99.074
Não circulante	1.672	1.672
	19.081	100.746

- (i) O Grupo através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar – SCP, uma vez que serão devolvidos à mesma quando da quitação dos débitos. Tais saldos em aberto no balanço correspondem aos saldos dos tributos devidos acumulados do exercício corrente. Os saldos são acumulados até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal. Isto posto, os valores apurados em provisões registradas no lucro líquido da SCP são registrados no contas a pagar do Grupo, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequentes ajustes de caixa em resultados futuros da SCP.

16 Tributos a recolher

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
PIS e COFINS	275	368
IRPJ e CSLL	-	51
Imposto sobre mercadorias e serviços	657	697
Impostos e contribuições retidas de terceiros	1.429	1.454
Impostos e contribuições retidas sobre salários	468	468
Outros	24	24
	<u>2.853</u>	<u>3.062</u>

17 Salários e encargos sociais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
INSS	2.371	2.371
Provisão de férias e 13º salário	6.031	6.031
Provisão de participação nos lucros e resultados (PLR)	4.721	4.721
Outros	1.093	1.510
	<u>14.216</u>	<u>14.633</u>

18 Adiantamentos e cauções recebidos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
Adiantamento de receitas - SCP (i)	-	88.561
Adiantamento de variação cambial das receitas - SCP (i)	-	1.321
Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii)	3.240	3.243
	<u>3.240</u>	<u>93.125</u>
Circulante	3.095	3.098
Não circulante	145	90.027
	<u>3.240</u>	<u>93.125</u>

(i) A Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em participar dos adiantamentos realizados pela sócia ostensiva decorrentes de operações futuras da SCP. Do valor em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015 e R\$39.022 em 2016 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, na primeira operação, e entre 2020 e 2021 na segunda operação. Tais adiantamentos foram realizados em moeda estrangeira (iene) e serão quitados através da vinculação do cambial com a entrega de mercadoria para o mercado na moeda transacionada.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na Nota 1(c), que o passivo de adiantamento de receitas – SCP seria vertido para Codemge. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, foi registrado contas a receber (partes relacionadas) com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo (encargos financeiros e vencimentos).

- (ii) Os adiantamentos de clientes e cauções recebidos decorre do registro de valores recebidos antecipadamente sob a forma de “sinal de reserva” e parcela do “saldo devedores”, relativos aos contratos de locação dos auditórios e salas do Minascentro e Expominas Belo Horizonte. A medida que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados. Considerando o arrendamento do Expominas BH e a paralização do Minascentro, os valores estão sendo devolvidos aos arrendatários.

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	31/03/2018	31/03/2018
Por ano de vencimento		
2018	3.095	3.098
2019	68	68
2020	77	21.663
2021	-	21.586
2022	-	11.677
2023	-	35.033
	3.240	93.125

19 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de março de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/03/2018	31/03/2018
Contingências trabalhistas	92	92
Contingências cíveis (i)	415	19.593
Contingências tributárias	1.365	1.365
	1.872	21.050

- (i) Do saldo total consolidado, R\$18.960 decorrem da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2010. Os ex-acionistas possuem até 2020 para reclamarem os valores de indenização das ações resgatadas. O ex-acionista com maior representatividade é a Solaris Company Limited, que figura como polo ativo em uma ação contra a Codemig que visa aumentar o valor da indenização do resgate das ações, contudo, na opinião de especialistas, este

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

litígio teve sua probabilidade de perda reclassificada como remota. Apesar disso, considerando as incertezas do processo, a Companhia decidiu por manter a provisão para a contingência registrada em anos anteriores, até a sua conclusão no judiciário.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia está envolvida em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos, no montante de R\$12.360 em 31 de março de 2018, para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Como mencionado acima, exceto pela contingência cível provisionada pela Companhia, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

A movimentação do capital social no período de dois meses findo em 31 de março de 2018 foi a seguinte:

Evento	Data	Mov. do capital social	(-) Capital a integralizar	Saldo do capital social	Mov. da reserva de capital	Saldo da reserva de capital	Valor total do evento
Cisão parcial	31/01/2018	956.872	-	956.872	-	-	956.872
Aumento de capital	26/02/2018	28	(7)	956.893	260.305	260.305	260.333
Aumento de capital	26/03/2018	7	(1)	956.899	70.000	330.305	70.007

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 31 de março de 2018 a reserva de capital era de R\$330.305 referente a ágio na emissão de ações onde parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social. O ágio ocorreu nos aumentos de capital social realizados em fevereiro e março de 2018. Vide Nota 20 (a).

(d) Reservas de lucro

A Companhia recebeu pela cisão de ativos – mencionada na Nota 1 (c) – R\$362.748 de reserva de lucros, dos quais R\$45.936 decorrem da reserva legal acumulada pela Codemig ao longo dos anos e R\$316.812 advêm de reserva de lucros constituída também pela Codemig. Durante o 1º trimestre de 2018 esta reserva foi reduzida pelo reconhecimento inicial do BDMG ao seu valor justo em R\$7.368 e pela destinação de dividendos no montante de R\$70.003 resultando, então, em um saldo de R\$239.441 em 31 de março de 2018.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Esta reserva é constituída somente no encerramento do exercício.

(ii) Retenção de lucros

O saldo da reserva de lucros é originário da Cisão realizada da Codemig, na qual foi destinado o saldo de R\$316.812. Este saldo está sendo destinado para pagamento de dividendos aos acionistas.

(e) Dividendos

Em Assembleia Geral ocorrida em 31 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia alteraram a política de dividendos autorizando sua distribuição intercalar, até o limite periódico mínimo de 30 dias entre as distribuições, por meio de deliberação do seu Conselho de Administração. A nova política de dividendos também alterou o dividendo mínimo a ser distribuído para 70% dos lucros apurados, após as deduções legais.

Em 22 de março de 2018 os conselheiros deliberaram pela distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$70.003. Conforme definido pela lei das S.A., dividendos intermediários são dividendos distribuídos em periodicidade diferente da anual a qual tem como contrapartida as reservas de lucro da Companhia.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos apresentados em ajuste de avaliação patrimonial de R\$10.768 em 31 de março de 2018, que demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente serão reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto em sua totalidade pelo impacto dos resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas (Nota 11.2).

21 Receita líquida

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2018</u>
Receita – SCP	-	212.099
Arrendamentos (i)	1.315	1.571
Receita com vendas, serviços e locações	4.273	4.835
Receita bruta	<u>5.588</u>	<u>218.505</u>
Impostos (ii)	-	(64.244)
Outros impostos	(171)	(774)
Receita líquida	<u>5.417</u>	<u>153.487</u>

(i) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes à Companhia e dos Expominas, pela realização de eventos.

(ii) A Companhia recebe os recursos integrais de sua SCP para posterior pagamento dos impostos a ela relacionados (Notas 1 e 16). Assim sendo, esta linha apresenta gastos com imposto de renda e contribuição social, relacionados a receita da SCP.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2018</u>
Despesas com pessoal	(8.807)	(8.817)
Encargos sociais	(1.761)	(1.761)
Serviços de terceiros	(12.551)	(13.490)
Indenizações	18	18
Publicidade e patrocínio	(1.362)	(1.362)
Eventos e promoções culturais	(135)	(135)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	2
Despesas tributárias	(268)	(285)
Depreciação e amortização	(2.075)	(2.297)
Registro /(reversão) da redução ao valor recuperável	12	12
Outras	(602)	(604)
	<u>(27.529)</u>	<u>(28.719)</u>

23 Gastos com convênios

	<u>Valores desembolsados em</u> <u>Controladora e consolidado</u>		
	<u>Valor do convênio</u>	<u>Valor total repassado até 31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
Convênio 3250 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Divinópolis	3.000	3.000	-
Convênio 3528 - COPASA-MG	750	80	-
Convênio 3638 - SETOP e Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	20.000	20.000	-
Convênio 3668 - SETOP-MG e DER-MG	9.500	4.150	-
Convênio 3829 - SETOP-MG e DER-MG	40.300	40.300	-
Convênio 3865 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santos Dumont	400	400	-
Convênio 3866 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santa Luzia	2.500	2.250	-
Convênio 3867 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Itapeva	2.500	2.500	-
Convênio 3868 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Unaí	80	-	-
Convênio 3869 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Ervália	900	900	-
Convênio 3870 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Felício dos Santos	300	300	-
Convênio 3871 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Viçosa	200	180	-
Convênio 3874 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Diamantina	2.000	1.800	-
Convênio 3962 - Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais	1.000	1.000	-
Convênio 3997 - SETOP-MG	11.500	11.500	-
Convênio 3998 - SETOP-MG	11.807	10.000	-

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valores desembolsados em		
	Controladora e consolidado		
	Valor do convênio	Valor total repassado até 31/03/2018	31/03/2018
Convênio 3999 - SETOP-MG e DER-MG	9.000	9.000	-
Convênio 4034 - SETOP-MG e DER-MG	63.061	56.800	-
Convênio 4037 - SETOP-MG e DER-MG	13.600	7.000	-
Convênio 4049 - Centro Referência Juventude	245	245	-
Convênio 4318 - Instituto Espinhaço	15.715	12.591	-
Convênio 4404 - Centro Francisca Veras	5.877	4.425	574
Convênio 4431 - EMATER, EPAMIG e SEAPA	3.982	3.837	49
Convênio 4460 - SETOP-MG e DER-MG	5.708	3.500	-
Convênio 4506 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	3.282	3.282	-
Convênio 4510 - Prefeitura de Barroso	61	43	-
Convênio 4513 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Bom Sucesso	500	250	-
Convênio 4548 - SETOP-MG	1.500	1.500	-
Convênio 4651 - EPAMIG	263	63	63
Convênio 4662 - Associação Grupo Dispersores	2.139	1.475	-
Convênio 4732 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	1.500	1.500	-
Convênio 4764 - SEBRAE-MG	16.000	16.000	7.000
Convênio 4833 - SESI	2.942	1.672	-
Convênio 4912 - FEDERAMINAS	1.338	1.338	-
Convênio 5192 - SETOP-MG e DER-MG	3.950	1.800	500
Convênio 5207 - SETOP-MG	2.500	570	-
Convênio 5208 - SETOP-MG e DER-MG	10.000	7.000	-
Convênio 5209 - Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais	1.500	1.500	-
Convênio 5256 - Fundação das Artes de Ouro Preto	600	600	-
Convênio 5321 - SETOP-MG	16.000	-	-
Convênio 5328 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Araxá	4.000	2.000	-
Convênio 5342 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	3.155	771	771
Convênio 5403 - EPAMIG	149	-	-
Convênio 5418 - FECOMERCIO MG	292	292	292
Convênio 5419 - Fundação TV Minas Cultural e Educativa	600	600	600
Convênio 10050 - Armco Staco	7.072	4.186	4.186
	303.268	242.200	14.035

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora	Consolidado
	31/03/2018	31/03/2018
Parcerias	(668)	(668)
Recuperações de taxas e despesas	2.370	2.370
Reversão de <i>impairment</i>	-	1.542
Baixa de bens por doação/inutilização	(44)	(44)
Outras	1.553	1.557
	3.211	4.757

25 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pela Companhia está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras e da variação cambial dos adiantamentos recebidos, conforme Nota 18. Ambas operações possuem como o benchmark o CDI, de modo que a flutuação de tal índice influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

	Controladora	Consolidado
	31/03/2018	31/03/2018
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	132	4.709
Variação monetária ativa	1.540	2.427
Outras	31	341
	1.703	7.477
Despesas		
Juros de mora	(3)	(3)
Juros de empréstimos e financiamentos (i)	-	(6.499)
Variação monetária passiva (ii)	(6.443)	(6.490)
Outras	(47)	(128)
	(6.493)	(13.120)
	(4.790)	(5.643)

(i) Os juros de empréstimos e financiamentos referem-se à despesa financeira das debêntures emitidas pela Codemig e que foram liquidadas em 2018, após a cisão.

(ii) As variações monetárias passivas relevante no período foi consequência substancialmente da atualização do saldo de Adiantamento recebidos atrelados ao Iene.

26 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia e suas controladas, exceto a Codepar, apresentavam prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a cisão, os custos e despesas operacionais das demais atividades da Codemig foram absorvidos pela Codemge, tornando mais provável a possibilidade de apuração de débitos de IRPJ e CSLL sobre os seus resultados.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro antes do IRPJ/CSLL	58.478	102.352
Ajustes para apuração do resultado fiscal (adições/exclusões)	(99.163)	(247.026)
Resultado fiscal negativo apurado	(40.685)	(144.674)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(19.883)	(34.800)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	50.271
Exclusões / (adições) permanentes, líquidas	33.715	33.718
Ativo diferido não registrado	(13.832)	(49.228)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	(39)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(39)
Total	-	(39)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>0,00%</i>	<i>-0,04%</i>

27 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	<u>31/03/2018</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	58.478
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	158.990
Lucro básico e diluído por ação	367,80

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Eventos subsequentes

(a) Extinção da Prominas

Em 06 de abril de 2018 foi deliberado em assembleia geral extraordinária a prestação de contas final e encerramento da liquidação e a subsequente extinção da Prominas. Além disso, os acionistas Codemge e Fungetur, representando 99,93% do capital social votante, aprovaram os rateios entre os acionistas dos direitos e obrigações cujas quitações não foram possíveis durante a liquidação.

A Prominas encontra-se extinta desde então, restando ainda últimos procedimentos para baixa de inscrições nos cadastros nacional, estadual e municipal para conclusão da baixa e emissão das respectivas certidões da empresa.

(b) Aquisição da CBL

A Codemge, por meio de sua subsidiária integral, a Codepar, adquiriu em 11 de julho de 2018, o total de 1.666.667 ações ordinárias da Companhia Brasileira de Lítio – CBL. A aquisição secundária das ações da CBL pelo valor de R\$78.549 concedeu uma participação de 33,33% no capital votante daquela Companhia à Codepar.

A CBL é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada em Araçuaí/MG, no Vale do Jequitinhonha. Atuando desde 1986 no mercado de exploração e mineração de lítio e produção de compostos químicos de lítio e seus coprodutos. A participação da Codepar no capital da CBL está alinhada com a estratégia da Codemge em investir em empresas de alta tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, bem como já investe no FIP Aerotec e demais participações diretas da Codepar.

O projeto de investimento na CBL possui como principais motivações estratégicas para Codemge a exploração de novos modelos de negócios de mobilidade, alavancar parcerias no Estado e se beneficiar dessas forças, desenvolvendo competências críticas garantindo a retenção e a disseminação do conhecimento, além do desenvolvimento de talentos em Minas Gerais. Outro importante aspecto é a atuação da Codemge para geração de emprego e renda, contribuindo para a redução das diferenças regionais no Estado.

Importante mencionar que a transação de compra das ações da CBL pela Codepar foi submetida à análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE sobre a matéria concorrencial, tendo sido aprovada em 18 de junho de 2018.

(c) AFAC, aumento de capital e distribuição de dividendos

Entre os meses de abril e junho de 2018 foram realizados pelo Estado de Minas Gerais adiantamentos para futuro aumento de capital na totalidade de R\$194.000. Os adiantamentos foram feitos e pagos nas seguintes proporções: R\$28.000 em 20 de abril de 2018, R\$26.000 e R\$90.000 em 30 de abril de 2018 e R\$50.000 em 04 de junho de 2018.

Em 06 de julho de 2018, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 27.076 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 250.661. Desse aumento, o montante de R\$ 27 foi destinado à conta de capital social da Companhia e o restante, R\$ 250.634, destinado à conta de reserva de capital do patrimônio líquido da Companhia.

As novas ações emitidas foram totalmente subscritas pelo acionista Estado de Minas Gerais, com base na renúncia parcial e implícita, entre os acionistas. Do valor a ser integralizado, entre os meses de abril e junho de 2018 foram realizados adiantamentos, à título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, na totalidade de R\$ 194.000. O saldo residual, R\$ 56.661, será integralizado em prazo indeterminado.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ainda em 06 de julho de 2018, foi realizada reunião do Conselho de Administração onde foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 202.665 lastreados nas reservas de lucros da Companhia. O acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 178.143 ações nesta datas, teve direito a R\$ 202.663 de dividendos e a MGI, detentora de 2 ações, direito à R\$ 2 de dividendos.

O Conselho de Administração ainda ratificou nesta reunião os dividendos já distribuídos de R\$ 146.000 ao Estado de Minas Gerais entre os meses de abril e maio de 2018, restando a este acionista o recebimento de R\$ 56.663.

* * *